

# Políticas Públicas na Educação Brasileira

Miriam Adalgisa Bedim Godoy  
Sandra Aparecida Machado Polon  
(Organizadoras)



Miriam Adalgisa Bedim Godoy  
Sandra Aparecida Machado Polon  
(Organizadoras)

## POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

---

Atena Editora  
2017

2017 by Miriam Adalgisa Bedim Godoy & Sandra Aparecida Machado Polon

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira

**Edição de Arte e Capa:** Geraldo Alves

**Revisão:** Os autores

### **Conselho Editorial**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b> <b>(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>
---

P769

Políticas públicas na educação brasileira / Organizadoras Miriam Adalgisa Bedim Godoy, Sandra Aparecida Machado Polon. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017.

573 kbytes

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-49-3

DOI 10.22533/at.ed.493172311

Inclui bibliografia

1. Educação e estado - Brasil. 2. Escolas – Organização e administração. I. Godoy, Adalgisa Bedim. II. Polon, Sandra Aparecida Machado. III. Título.

CDD-379.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

E-mail: [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## Sumário

CAPÍTULO I POLÍTICA, GESTÃO E DIVERSIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Miriam Adalgisa Bedim Godoy e Sandra Aparecida Machado Polon</i> .....	6
CAPÍTULO II A MISSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA SOCIEDADE EMPREENDEDORA: DESAFIOS PARA A GESTÃO <i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i> .....	19
CAPÍTULO III A DIMENSÃO DO TRABALHO DOCENTE SOB A ÉGIDE DA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL NA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR <i>Noádia Munhoz Pereira</i> .....	35
CAPÍTULO IV AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO: UMA MANEIRA DE ANALISAR POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Lívia Cristina Ribeiro dos Reis</i> .....	49
CAPÍTULO V EAD E A FORMAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES: IMPLICAÇÕES ENTRE A LEGISLAÇÃO E A POLÍTICA EDUCACIONAL <i>Alexsandra dos Santos Oliveira</i> .....	64
CAPÍTULO VI O TRABALHO DE DIRETOR DE ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE RIO BRANCO-ACRE: ENTRE AS POLÍTICAS DE RESULTADOS E A GESTÃO DEMOCRÁTICA <i>Lúcia de Fátima Melo e Ednaceli Abreu Damasceno</i> .....	77
CAPÍTULO VII O FEDERALISMO EDUCACIONAL E O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR: A EXPERIÊNCIA DE GESTÃO NO MUNICÍPIO CANAVIEIRAS - BA <i>Darluce Andrade de Queiroz e Ana Paula Souza Báfica</i> .....	92
CAPÍTULO VIII O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CICLO DA POLÍTICA <i>Sílvia Maria Oliveira de Souza e Luis Carlos Sales</i> .....	106
CAPÍTULO IX PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): CONFIGURAÇÕES DA GESTÃO EDUCACIONAL NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL <i>Gildecio Santos Pereira e Odete da Cruz Mendes</i> .....	120

CAPÍTULO X	
GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CONSELHEIROS DO FUNDEB EM MUNICÍPIOS DO NORDESTE BRASILEIRO	
<i>Patrícia Maria Uchôa Simões, Juceli Bengert Lima e Manoel Zózimo Neto</i> .....	133
CAPÍTULO XI	
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO E FINANCIAMENTO	
<i>Bartolomeu José Ribeiro de Sousa e Rose Cleia Ramos da Silva</i> .....	147
CAPÍTULO XII	
O REGIME DE COLABORAÇÃO NO CONTEXTO DOS PLANOS DECENAIS DE EDUCAÇÃO: CENÁRIO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS QUANTO À ELABORAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
<i>Luzinete Barbosa Lyrio e Jean Mário Araújo Costa</i> .....	165
CAPÍTULO XIII	
PROFISSÃO PROFESSOR: UMA ESCOLHA FEITA A PARTIR DA VIVÊNCIA NO PIBID	
<i>Cláudia Alves da Silva e Antônia Sueli da Silva Gomes Temóteo</i> .....	178
CAPÍTULO XIV	
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O NOVO CENÁRIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO CAMPO DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO	
<i>Sara Rozinda Martins Moura Sá dos Passos e Jane Rangel Alves Barbosa</i> .....	190
CAPÍTULO XV	
O ENSINO DE SURDOS: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E A ESTRUTURA E RECURSOS DE MUNICÍPIOS CEARENSES	
<i>Germana Costa Paixão e José Nelson Arruda Filho</i> .....	203
CAPÍTULO XVI	
SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO (SOME): A REALIDADE DA OFERTA DO ENSINO MÉDIO NO CAMPO NA MESORREGIÃO DE CAMETÁ/PA	
<i>Maria Sueli Correa dos Prazeres e Odete da Cruz Mendes</i> .....	218
CAPÍTULO XVII	
ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E O DIREITO À CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL	
<i>Amanda Maximo Silva e Rosa Elisa Mirra Barone</i> .....	231
CAPÍTULO XVIII	
CARNAVAL E SAMBA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
<i>Claudio Oliveira Fernandes e Irandi Pereira</i> .....	245

CAPÍTULO XIX	
EDUCAÇÃO E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL	
<i>Jorge Fernandes</i> .....	257
CAPÍTULO XX	
PROJETO PORONGA: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<i>Emilly Ganum Areal e Lúcia de Fátima Melo</i> .....	270
CAPÍTULO XXI	
AS DEMANDAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO: UM ESTUDO À LUZ DAS PAUTAS SINDICAIS	
<i>Aline Chalus Vernick Carissimi e Ana Denise Ribas de Oliveira</i> .....	284
CAPÍTULO XII	
O PROJETO DE INTRODUÇÃO DA DISCIPLINA DE METODOLOGIA DA PESQUISA NA ESCOLA NAVAL	
<i>Hercules Guimarães Honorato</i> .....	295
Sobre as organizadoras.....	309
Sobre os autores.....	310

## **CAPÍTULO VII**

### **O FEDERALISMO EDUCACIONAL E O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR: A EXPERIÊNCIA DE GESTÃO NO MUNICÍPIO CANAVIEIRAS - BA**

---

**Darluce Andrade de Queiroz  
Ana Paula Souza Báfica**

## O FEDERALISMO EDUCACIONAL E O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR: A EXPERIÊNCIA DE GESTÃO NO MUNICÍPIO CANAVIEIRAS - BA

**Darluce Andrade de Queiroz**

Mestra em Formação Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Educação Básica-DCIE/UESC

**Ana Paula Souza Báfica**

Mestra em Formação Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Educação Básica-DCIE/UESC

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo analisar a política de educação proposta pelo MEC para os Municípios por meio do Plano de Ações Articulada- PAR, destacando como o federalismo se apresenta na educação e as implicações do seu desenvolvimento na política de educacional local, identificando as contribuições e contradições para a efetivação de uma política pública de educação. É uma pesquisa de abordagem qualitativa de cunho documental; examinou-se Decretos e Leis do governo federal para avaliar como o PAR tem se efetivado no Município de Canavieiras. O estudo evidenciou, que o município, mantém-se atrelados as políticas de descentralização como forma de obter financiamento e tal postura termina diluindo os princípios da gestão, autonomia e democracia, considerados basilares na gestão da política educacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Federalismo, Plano de Ações Articuladas, Município de Canavieiras - BA

### 1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo, apresentar as relações tecidas no campo educacional no regime federativo brasileiro e com a perspectiva de realizar uma avaliação do processo de implantação e implementação do Plano de Ações Articuladas (PAR), instrumento integrante da política do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado em 2007, identificando as contribuições e as contradições para a efetivação de uma política pública de educação. Ao longo deste artigo serão discutidas as ações da dimensão II e IV do PAR para o Município de Canavieiras, com especial atenção às ações de responsabilidade do MEC.

Os estudos foram feitos a partir de indicações bibliográficas propostas durante o as aulas do mestrado profissional na UESC; registros obtidos durante as aulas, análise de documentos; visitas aos diferentes sites e consulta de teses de modo a subsidiar as nossas incursões sobre o tema apresentado. O estudo exposto aqui procurou realizar no primeiro momento uma análise sobre a conjuntura educacional vivenciada pelo Município tendo em vista a análise relatório do Plano de Ações Articuladas- PAR, verificando os recursos financeiros liberados pelo FNDE para o desenvolvimento do programa Município, através do PAR.



No segundo momento, apresentamos as primeiras aproximações do campo teórico – prático sobre a implantação do Plano de Ações Articuladas no Município - PAR, enquanto uma política pública de educação, visando compreender a política de descentralização do MEC, com base no Plano de Metas Todos pela Educação, implantadas e geridas pelo município para melhorar do desempenho escolar dos alunos.

O enfoque da pesquisa é qualitativo, com foco na análise documental recorrendo aos documentos oficiais que ainda não foram analisados sobre os índices educacionais do município de Canavieiras e da implantação do Plano de Ações Articuladas – PAR, enquanto uma política pública criada para os Municípios gerirem. Desta maneira, para a realização deste estudo, fizemos os seguintes questionamentos: E quais são as políticas de descentralização advindas do MEC para os Municípios e, em que medida elas interferem na política educacional local? Quais as contribuições da política de descentralizações para o desenvolvimento da Educação Básica no Município de Canavieiras?

Ao desenvolver este trabalho, organizamos a exposição em dois momentos: no primeiro, são apresentadas as leituras e discussões sobre algumas categorias de análises que referenciarão as nossas discussões teóricas sobre a política pública educacional, discutindo os conceitos política de descentralização de gestão educacional, e, ao lado disso, da implantação do PDE no Município de Canavieiras.

## **FEDERALISMO E A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Deste modo, partimos da premissa, que para este trabalho, precisamos elucidar inicialmente a concepção de federalismo, existente na federação brasileira. Para compreendermos melhor os nossos questionamentos sobre a temática em estudo é preciso compreender o federalismo enquanto forma de organização da política do Estado – Nação tem sido constantemente estudado por vários autores da Ciência Política e mais recentemente na área educacional. Esta discussão traz importantes contribuições para o entendimento das discussões sobre o modo como vem ocorrendo, a organização da educação, particularmente os aspectos do financiamento e regime de colaboração entre os entes federativos. Neste sentido, partimos dos estudos de Dourado (2012), Oliveira (2012), Cruz (2012), Fiori (1995), Araújo (2012), Farenzena (2012), que destacam o Federalismo como o foco do debate da educação nacional na atualidade trazendo a complexidade que existe no bojo desse tema.

Dourado (2012) destaca que o debate em torno do federalismo, vem acompanhado de várias outras demandas, sendo assim, o autor afirma,

A discussão sobre federalismo, na Conae, esteve sempre articulada ao debate sobre financiamento, sistema nacional de educação, gestão democrática e regulamentação do regime de colaboração, entre outras importantes temáticas. Seu documento final destaca a necessidade de empreender ações articuladas entre a proposição e a materialização de

políticas, bem como ações de planejamento sistemático. Por sua vez, todas precisam se articular com uma política nacional para a educação, com vistas ao seu acompanhamento, monitoramento e avaliação. (BRASIL 2010:28). (DOURADO, 2012 p, 7)

A apreensão de Fiori (1995), reconhece a dificuldade em estabelecer uma acepção conceitual de federalismo válida globalmente, explica que não existe na ciência política uma exatidão sobre qual seria as categorias adequadas de poder e as formas institucionais adequadas de um país federalista. Desta forma, aventurando-se em uma linha central de definição, emanada do exame das experiências na modernidade, esclarece que o federalismo pode ser concebido de maneira a ressaltar seus aspectos de permuta e barganhas (“negociação federativa”), que resultará no pacto federativo que “pode assumir infinitas formas legais e institucionais, dependendo das condições de sua negociação em cada momento e em cada lugar.” (p. 23) Nesta compreensão, Fiori (1995) reconhece que o federalismo é uma modelo de organização territorial do poder dos estados nacionais que deve envolver uma necessária e positiva “permanente tensão e desarmonia entre as partes” (p. 24), que terá como resultado o constante processo de negociação, do qual derivará arranjos institucionais transitórios. Diante desta complexidade, existente, o autor ressalta que, neste modelo de organização ocorrerá uma grande diversidade de formas de arranjo federativo.

Fiori também ressalta que, a maior parte dos países latino-americanos que discutem a descentralização do poder e a reorganização democrática dos estados traz consigo a ideia de organização federalista a qual denomina-se federalismo pragmático ou reativo. Esta afirmação deriva do processo iniciado desde os anos de 1980, onde o federalismo passou a ser entendido como sinônimo de descentralização e de democratização. Neste contexto latino-americano, o assunto da centralização e da descentralização permanece presente em todo o debate sobre a questão federativa. No entanto, para Cruz (2012) dependendo do contexto histórico, o federalismo assuma algumas especificidades e contradições, a exemplo do caso de alguns países europeus.

A Constituição Federal de 1988 abraçou para o nosso país como modelo de organização político-administrativa, o regime federativo. Implicando diretamente na descentralização do poder e repartição das competências entre a União, os estados, o Distrito federal e os municípios. Mas essa escolha do regime federativo para a nação coloca como o principal desafio a ser explanado o fato de haver o aumento do papel da União e uma crescente fragilidade dos outros entes federados, e que afeta especialmente aos municípios, que só recentemente passaram a fazer parte desta configuração. Apontamos ainda, como desafio a ser vencido no contexto brasileiro, é a nossa tradição de centralização.

No que condiz ao federalismo brasileiro a autora elucida que,

As relações federativas no Brasil também remetem às análises de Schultze (1995) sobre a ampliação do federalismo executivo, pela minimização dos demais poderes, e sobre o fortalecimento do governo federal em relação às unidades federadas, especialmente após meados dos anos de 1990,

mediante contundentes políticas relacionadas à reforma do Estado. (CRUZ, 2012 p, 71)

Portanto, neste período empreendido para a Reforma do Estado, o federalismo no Brasil se processou através de uma efetiva transferência de responsabilidades, pela implementação e gestão de políticas e programas definidos em nível federal para os governos subnacionais. Além disso, também foi ampliado em larga escala o deslocamento das atribuições públicas para os setores privados.

Oliveira (2012) enfatiza que a CF (88) trouxe importantes contribuições educacionais, no sentido, do reconhecimento do direito a educação, tratando como dever do Estado (art. 208). E se alarga ainda mais Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que legitimou e ampliou a obrigatoriedade para o período de quatro a 17 anos, no entanto, é imperativo ressaltar que tais medidas não indicaram o aporte financeiro necessário para a efetivação desta medida. Neste sentido, o autor ressalta que,

A operacionalização de uma perspectiva equalizadora torna-se particularmente complexa em um Estado Federal, pois este se organiza para acomodar diferenças que seriam inconciliáveis no Estado Unitário. A Federação surge ancorada na ideia de que os entes federados são diferentes e gozam de certo grau de autonomia. A questão que se coloca na sua organização é o grau de diferenciação admissível. (OLIVEIRA, 2012 p,40)

Com isso, no contexto federativo a efetivação do direito a educação, precisa está para além de assegurar o acesso, se faz necessário à garantia da qualidade, e para que isso ocorra, precisa-se partir de um resgate da nossa história, no sentido em que, se possam reconhecer as desigualdades presentes nos estados subnacionais, e partindo deste reconhecimento, propor políticas públicas com a perspectiva da igualdade. Assim, alargar a obrigatoriedade e gratuidade é de fundamental importância para a universalização da educação básica no Brasil, trazendo principalmente enormes benefícios à população brasileira. No entanto, é preciso constituir parâmetros para que a educação seja de boa qualidade, que garanta salários dignos a professores e profissionais da educação, além de insumos ao funcionamento da escola, como biblioteca, laboratórios, rede de informática, formação continuada, alimentação dos alunos, refeitórios, quadra de esportes.

Cruz (2012) argumenta que para transpor o desafio da garantia ao direito à educação a toda população em idade escolar e principalmente àqueles que foram excluídos do sistema educacional devido às diversas questões sociais, demanda um sistema nacional de educação que atenda as diferentes condições socioeconômicas no país, de forma a equalizar e supera os inaceitáveis índices de exclusão educacional, “tendo consciência de que essa realidade é resultado de exclusões mais amplas, de fundo econômico, político, social e cultural” (CRUZ, 2012, p, 73).

Para que possamos chegar ao patamar de equalização, precisa-se quebrar o perigoso jogo onde o arranjo federativo brasileiro participa, tendo como peças fundantes, o favorecimento econômico de alguns estados com o favorecimento

político de outros.

A reforma política pode ser apontada como possibilidade para o rompimento desta questão dos favorecimentos políticos e econômicos, mas que, no entanto, não faz parte da agenda política atual, por se sobrepor às questões das oligarquias ainda existentes no cenário político. Desta maneira, as reduções das desigualdades sociais e econômicas não são duramente enfrentadas pelas políticas públicas elaborada no pacto federativo nacional.

Lima (2012) sugere que o primeiro passo é centralizar o debate no direito à educação e, em seguida, após o estabelecimento deste princípio, mover esforços no sentido da fixação de novas normas, que promovam mais facilmente a colaboração entre os sistemas federados. Para o autor, a partir do momento em que o aluno é o foco do processo educacional, fica mais simples a definição das atribuições e responsabilidades de cada ente federado.

## **2. O PLANO DE METAS E PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR**

O destaque ao Plano de Metas deve ser feito no sentido da compreensão do federalismo educacional, pois este plano é a expressão do modo como a União tem se mantido como um Estado interventor. As metas do Plano de Metas são concretizadas através de adesão voluntárias ao PAR (Plano de Ações Articuladas), com características de um plano plurianual, com a presença da União na efetivação, através de Assistência Técnica (AT) e Assistência Financeira (AF).

Nesta perspectiva o PAR pode ser definido como um conjunto de ações multidimensionais subdivididas em quatro categorias, geradas a partir de um amplo diagnóstico da situação educacional municipal, apoiadas técnica e financeiramente pelo Ministério da Educação, que visa o cumprimento das metas do Compromisso Todos pela Educação, tendo como base o termo de convênio ou cooperação firmado entre o MEC e Município aderente. Dentro do PAR são considerados prioritários os municípios com baixo IDEB, desta maneira os convênios unidimensionais e aligeirados, antes realizados através de um PTA - Plano de Trabalho Anual, deram lugar aos planos de ações articuladas (PAR).

O Plano de Ações Articuladas - PAR pode ser definido como um plano que conjuga ações de caráter multidimensionais, subdivididas em quatro categorias, definidas a partir de um amplo diagnóstico da situação educacional no Município, as ações do plano são apoio de técnico e financeiro do Ministério da Educação, para impulsionar o cumprimento do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

No comando do Plano de Metas, cada Estado e cada Município organiza o seu Plano de Ações Articuladas (PAR) com a assessoria técnica do MEC e através de um amplo diagnóstico, tendo sempre em vista a evolução positiva do (IDEB). É importante ressaltar, que todos os municípios podem elaborar seu PAR, mas somente aqueles com IDEB abaixo da média nacional, chamados de municípios prioritários, receberam assistência técnica do MEC, através de um termo de cooperação entre o MEC e Município aderente.

. Após a assinatura do Termo de Cooperação Técnica Nº 23048, em 12 de agosto de 2009, entre o Ministro da Educação, Fernando Haddad, e o então prefeito, Zairo Jacques Pinto Loureiro, com vigência de 04 (quatro) anos. A cláusula primeira do termo definia que:

O presente **Termo de Cooperação Técnica** tem por objeto a conjugação de esforços entre as partes para a promoção de ações e atividades que contribuam para o processo de desenvolvimento educacional do município, visando a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

No documento, ficou perceptível que a melhoria do IDEB era o ponto alto do Termo de Cooperação Técnica, e as várias ações deveriam intervir de maneira incisiva na mudança do índice de desempenho escolar. Nesse ponto, sabemos que existe uma ligação estreita a considerar, entre outros fatores relativos à ordem social e econômica e que atuam no âmbito educacional interferindo diretamente na qualidade da educação pública. Desta forma, Dourado (2013) assinala que,

A avaliação da educação básica, marcada por vários mecanismos, provas e índices, não estrutura como um sistema orgânico, mas se traduz na superposição de ações e em instrumento de monitoramento da educação, em sua maioria por meio de políticas e ações propostas e coordenadas pela União, sem a efetiva relação de cooperação com os demais entes federados (DOURADO, 2013, p, 773).

Portanto, fica definida a partir desse processo avaliativo nacional, a regulação estabelecida e incentivada pelo governo, sabemos que essa política de avaliação empreendida é relativamente transgressora por não considerar outros fatores relativos à ordem social e econômica, que atuam no âmbito educacional e que interferem diretamente na qualidade da educação pública, definindo, portanto, o sucesso esperado.

Stephen Ball, afirma que a partir da globalização presente no mundo atual, existe uma semelhança nas políticas no mundo, o autor indica que estas similaridades têm sido contemporaneamente, apontadas na figura do gestor, tendo como foco os resultados e as metas, e nos seus objetivos a serem atingidos, assim ele afirma,

Embora exista, claramente, uma variação na cadência, no grau de intensidade e no hibridismo da implementação destas novas tecnologias de políticas, elas fazem parte, em geral, de um mesmo conjunto flexível de políticas, partes das quais são enfatizadas e implementadas de formas diferentes em circunstâncias e locais diferentes [...] A figura central em tudo isto é um ator relativamente novo no cenário das organizações do setor público – o gestor. O propósito da devolução, tal como formulado pela OCDE (1995, p. 8), é „encorajar os gestores a centrarem-se nos resultados“[...] (BALL, 2001, p. 103-104).

Este modelo com aspectos fortemente gerencial de implementação de políticas públicas, segundo este autor (2005), “tem sido o mecanismo central da reforma política e da reengenharia cultural do setor público nos países do norte nos

últimos 20 anos” (BALL, 2005, p. 544).

Outra cláusula importante do termo de Cooperação Técnica e que merece atenção especial, é a referente aos recursos financeiros, cujas ações estão assim expressas na seguinte cláusula,

CLÁUSULA SEXTA - Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução deste **Termo de Cooperação Técnica**. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como serviços de terceiros, pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta de dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes e/ou outros parceiros.

Ao analisarmos a cláusula acima contatamos que não há uma definição quanto aos recursos financeiros, define-se que “Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução deste **Termo de Cooperação Técnica**.” Isso significa dizer, que não haverá previsão de novos recursos. Então, há de se questionar: Como implantar os projetos do PAR com tão poucos recursos? Qual a efetiva contribuição que o PAR traz para os Municípios? Ou ainda, o PAR seria mais somente um instrumento de controle da educação nos Municípios?

Depreende-se destes questionamentos que, a implantação do PAR não favoreceria o aumento no volume dos recursos financeiros para a rubrica educacional. Na verdade, o que aconteceu foi à centralização de recursos. Em outras palavras, houve a concentração de todos os programas vigentes no MEC e no FNDE para um único modo de viabilização e executar as ações.

### 3. A EFETIVAÇÃO DAS AÇÕES DO PAR NO MUNICÍPIO DE CANAVIEIRAS – BA

O Município de Canavieiras ao instituir o seu PAR no ano 2008, acatou o conjunto de ações de propostas pelo Plano de Metas, conforme apontamos no quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Ações do PAR no Município de Canavieiras – BA – 2009 / 2012

Área de atendimento do PAR / Responsabilidade do MEC/FNDE	Nº de ações
I. GESTÃO EDUCACIONAL	12
II. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR	71
III. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AVALIAÇÃO	7
IV. INFRA ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS PEDAGÓGICOS	13
Total	103

Fonte: <http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico>

As ações de atendimento previstas para o município de Canavieiras, em sua

primeira adesão ao PAR, em 2008, sob a responsabilidade do MEC, totalizaram 103 ações. O nosso destaque, para efeito de análise neste artigo, recaiu em duas áreas. A área II - Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar e área IV - Infra Estrutura Física e Recursos Pedagógicos - conforme aponta o quadro 1.

Ao realizarmos a análise quantitativa das ações desenvolvidas na Área II - Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar - constatamos que das 71 atividades previstas, 21% foram destinadas para a formação de professores do Ensino Fundamental II, conforme dados do termo de adesão. Ao apurarmos o desenvolvimento desta ação na Secretaria Municipal de Educação - SEMED no período compreendido entre os anos 2008 a 2012, ficou demonstrado que foram realizadas, somente, 02 ações de formação, correspondendo a menos de 10% do total previsto. Destaca-se portanto, que durante um período de 04 anos, principal meta do PAR, a ação de fomento para a formação de professores não obteve o desempenho esperado.

No estudo sobre a dimensão IV do PAR - Infraestrutura física e Recursos Pedagógicos - observamos que é uma ação Intersetorial que conjuga esforço do MEC e do Ministério de Minas e Energia. No Quadro 2, apresentamos o *checklist* das ações a serem desenvolvidas no Município, analisando-as a partir de três categorias de efetivação: ação plenamente executada, ação parcialmente executada e ação não identificada.

Quadro 2 - Assistência do MEC ao Município de Canavieiras

**Dimensão IV – Infraestrutura física e Recursos pedagógicos – Canavieiras \_BA**

Prevista	Ação	Executada		
		Plenamente	Parcialmente	Não identificada
12	Nº 01 - Disponibilizar recursos em unidade(s) escolar (es) para adequação da(s) sala(s) que receberão o(s) laboratório(s) de informática, pelo Proinfo - PDDE.	X		
12	Nº 02 - Implantar em unidade(s) escolar(es) laboratório(s) de Informática, pelo Proinfo - Programa Nacional de Tecnologia Educacional.	X		
03	Nº 03 - Implantar em 3 unidade(s) escolar(es) sala(s) de recursos multifuncionais, pela SEESP - Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.		X	
02	Nº 04 - Capacitar servidor(es) da SME para utilização da metodologia do LSE - Levantamento da Situação Escolar	X		
14	Nº 05 - Garantir na unidade(s) escolar(es) fornecimento de energia elétrica, até 2011, pelo Programa Luz para Todos - MEC e MME .		X	
10	Nº 06 - Realizar juntamente com a SME a adequação de unidade(s) escolar (es) tornando-as acessíveis às pessoas com		X	

	deficiência pelo SEESP - Acessibilidade			
01	Nº 07 - Implantar sala(s) de recursos multifuncionais, pela SEESP - Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.		X	
3 kits	Nº 08 - Disponibilizar material para subsidiar levantamento de informações, pelo Proinfo - Programa Nacional de Tecnologia Educacional.			X
12	Nº 09 - Implantar em unidade(s) escolar(es) programa de conexão à rede mundial de computadores, pelo Proinfo - Banda Larga nas Escolas e Gesac.	X		
60 kits	Nº 10 - Disponibilizar materiais didáticos diversos para unidade(s) escolar(es), pelo Kit Pedagógico - SEB.			X
20 kits	Nº 11 - Disponibilizar materiais didáticos diversos para unidade(s) escolar(es), pelo Kit Pedagógico - SEB.			X
1 kits	Nº 12 - Disponibilizar material referencial (informativo e formativo) direcionado ao educador sobre os temas de diversidade, pelo Programa SECAD - Direitos Humanos.		X	
1 kits	Nº 13 - Disponibilizar material referencial (informativo e formativo), pelo SECAD - Programa Mais Educação (kit informativo).		X	

Fonte: <http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico>

#### **A. AÇÕES PLENAMENTE DESENVOLVIDAS**

Das 13 ações planejadas, verificamos que 30,77% foram plenamente concluídas, 46,15 parcialmente e 23,08 não identificadas. De acordo com os dados levantados, as ações de Nº 1, 02, 04 e 09 foram plenamente executadas. A ação 01 que referia-se a adequação das salas que receberão o(s) laboratório(s) de informática pelo Proinfo – PDDE nas escolas equipadas com computadores, recursos digitais conexão em banda larga e conteúdos educacionais, visando gerar o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica, meta que foi plenamente executada. Contudo, vale ressaltar que os recursos recebidos eram insuficientes para a realização dos serviços de infraestrutura operacional. Desta forma, o Município precisava complementar com de recursos próprios as ações. Com isso, ratificamos a tese de que, embora o MEC definisse as ações, quem efetivamente assumia a responsabilidade de executá-la era o Município.

A ação 4, capacitação dos servidores da SEMED para utilização da metodologia do LSE - Levantamento da Situação Escolar, envolveu 03 (três) técnicos: 01 (um) formado em Pedagogia, 01 (um) em informática e 01 (um) engenheiro civil. Após a formação recebida, os técnicos realizaram o LSE de todas as escolas da rede pública municipal, ou seja, elaborou as plantas, fotografou as instalações físicas e realizou um amplo diagnóstico das escolas municipais, registrando as informações no ambiente virtual do FNDE, ação de pleno sucesso.

#### **B. AÇÃO PARCIALMENTE DESENVOLVIDA**

As ações de Nº 12 e 13: disponibilização de kits de material referencial



(informativo e formativo) direcionado ao educador sobre os temas de diversidade, pelo Programa SECAD - Direitos Humanos e material referencial (informativo e formativo), pelo SECAD - Programa Mais Educação (kit informativo). Nestas ações contatou-se a entrega dos materiais, contudo ele não foi efetivamente utilizado pela rede. Apontamos que faltou a principal ação, a formação dos professores, isso inviabilizou a concretização objetivo geral de combater ao preconceito nos espaços escolares, envolvendo todos os sujeitos no processo educacional. Fato idêntico ocorreu com a implantação do Programa Mais Educação como política de Educação Integral, houve a implantação do programa em 04 (quatro) escolas municipais, no entanto, no que se refere material da mencionado na ação, e que foi enviado para as escolas com a finalidade de promover a formação e o debate que teria como implicação a ser alcançada: a formação das pessoas envolvidas no Programa Mais Educação, de fato o material não foi devidamente utilizado e logo, a esperada formação, não ofertada.

As ações de N° 03, 05, 06 e 07 foram executadas parcialmente. A ação de n° 05, Programa Luz para Todos - MEC e MME, constituída como uma ação de cunho intersectorial, inicialmente foi planejada para o atendimento de 09 (nove) escolas, mas, somente 03 (três) escolas foram efetivamente contempladas com o programa. Desta forma, os alunos e professores do campo não possuem acesso a computador e televisão, ficando assim privados de recursos tecnológicos, que poderiam propiciar dentro da escola aulas e atividades lúdicas, contribuindo assim para uma aprendizagem mais prazerosa.

A ação de N° 03 e 06, destinadas à realização da adequação de unidades escolares, tornando-as acessíveis às pessoas com deficiência pelo SEESP – Acessibilidade e a implantação das salas de recursos multifuncionais em 03 (três) unidades escolares também foram realizadas parcialmente. O dinheiro para ação 06 disponibilizado na conta da APM (Associação de Pais e Mestres), que possibilitou as seguintes reformas: alargamento de portas; construção de rampas e instalação de barras nos banheiros. Os demais requisitos, como colocação de sinalização tátil e visual, a adequação dos espaços físicos reservados à instalação de salas de recursos multifuncionais e a compra do mobiliário acessível não foi possível, pois os recursos foram insuficientes.

O material para ação 03, referentes à sala de Recursos Multifuncionais, do Tipo I, que deveria conter os materiais pedagógicos, equipamentos de informática e mobiliário, no entanto, chegaram às escolas de forma incompleta, impossibilitando a organização da sala de acordo com o modelo ideal, ao atendimento educacional especializado – AEE, indispensável aos alunos com Necessidade Educacional Especializada – NEE.

No quadro 2, até o momento, verificamos que 03 (três) ações às de N° 08, 10 e 1, concernentes a Kits de material, não foi possível localizar onde se encontram. É importante ponderar que esta avaliação é preliminar, considerando-se que a pesquisa está em curso e certamente, dependerá de um complexo levantamento de informações, possibilitar uma análise mais profunda das ações recomendadas pelo governo federal, a partir da descentralização proposta pelo PDE.

#### 4. CONCLUSÃO PRELIMINAR

Ao longo do texto desenvolvemos estudos sobre as principais categorias que deram sustentação teórica para a análise da política educacional atual, observando-se o modelo de gestão da educação proposta pelo MEC tendo em vista o fortalecimento do federalismo, que aponta a descentralização como o elemento constitutivo para a materialização do pacto federativo e da política pública entre os entes administrativos. Contudo, ao investigarmos a política de descentralização no Município de Canavieiras, verificamos o quanto ele é contraditório, pois porque acena ao mesmo tempo para centralização das ações controlando as políticas de maneira focalizada, indicando sempre quando e onde os recursos devem ser aplicados, o Município torna-se um refém, ou seja, um mero executor, sem autonomia para propor ações articuladas com as necessidades educacionais realidade local. Nesta direção, o estudo apresenta algumas tensões identificadas entre ações centralizadoras e descentralizadoras presente no desenvolvimento do PDE e do PAR no Município de Canavieiras.

As ações analisadas apontaram na direção de que as políticas públicas para os Municípios devem ser pensadas e definidas pelos seus gestores com a participação da comunidade por que são eles que conhecem a realidade local e as demandas específicas. Daí as nossas considerações prendem-se a análises de certas condições que são acordadas no ato do convênio do Termo de Cooperação Técnica, deixando o Município sem opção de escolha.

Em outras palavras, o Município ao assinar o convênio acata um pacote de ações educacionais que, muitas vezes, não reflete as suas necessidades, mas em razão do financiamento ele acaba concordando com o que ele propõe.

Há, assim, em vista dos documentos analisados que que não houve alteração na oferta do financiamento com novas alocações de recursos para a efetivação do PAR, o que houve foi à centralização das ações já em andamento pelo MEC, definindo o PAR para o Município, como a única forma de acessar a assistência técnica e financeira dos programas educacionais da União. Cabe aqui evidenciar, que muitas ações, de responsabilidade de MEC, o encargo financeiro recaiu sobre o Município. Outro ponto de análise importante reside na aplicabilidade das ações, pois as medidas meramente técnicas do MEC não promoveram a mudança da realidade educacional do Município esperada.

Finalmente, podemos afirmar que as tensões e as contradições se mantêm na definição das políticas públicas para os Municípios. Por conseguinte, os gestores precisam lutar por uma política de financiamento consolidada com instrumentos que garantam o direito à educação, em respeito aos princípios constitucionais, assumindo a sua responsabilidade enquanto ente federado, fazendo a articulação das políticas do MEC com as suas políticas locais, tendo como princípio a autonomia e a democracia.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz. O federalismo, os fundos na educação e a diminuição das desigualdades. In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 6, n. 4, p. 49 – 62, jan./jun. 2012. Brasília: CNTE, 2007.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto 6.094/2007 Dispõe sobre a implementação do plano de metas compromisso todos pela educação. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm)  
>. Acesso em: 10 de mar de 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Orientações para elaboração dos Planos de Ação Articuladas (PAR) dos Municípios**. Brasília/DF: MEC, 2011.

\_\_\_\_\_. **Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade**. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. Decreto Lei nº 9394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Imprensa Nacional, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

Conferência Nacional de Educação - CONAE. Documento Final, 2010.

BALL, Stephen. **Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação**. Currículo Sem Fronteiras, v.1, n.2, pp. 99-116, Jul/Dez 2001.

CANAVIEIRAS (município). **Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do MEC.SIMEC/MEC**. Relatório Público do Município de Canavieiras- BA. Síntese do PAR, 2007. Disponível em: <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em: 10 abr. 2014.

DOURADO, Luiz. Fernando. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas**. Educ. Soc., Campinas, v.28, no.100, p.921-946, out., 2007.

\_\_\_\_\_. **Sistema Nacional de Educação, Federalismo e os obstáculos ao direito à educação básica**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 34, n. 124, jul./set. 2013.

\_\_\_\_\_. Federalismo, educação e a construção de políticas de Estado. In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 6, n. 4, p. 7- 9, jan./jun. 2012. Brasília: CNTE, 2007.

FARENZENA, Nalu. A assistência financeira da União às políticas educacionais locais. In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 6, n. 4, p. 105 - 117, jan./jun. 2012.

Brasília: CNTE, 2007.

FIORI, José Luís. O federalismo diante do desafio da globalização. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros Silva (Orgs.). **A Federação em perspectiva: ensaios selecionados**. São Paulo: Fundap, 1995. p. 19-38.

JÚNIOR, Arnóbio Marques de Almeida; BRASIL, Edward Madureira; LIMA, José Fernandes. Federalismo e educação: novos marcos e perspectivas. In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 6, n. 4, p. 11-19, jan./jun. 2012. Brasília: CNTE, 2007.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. Direito à educação e federalismo no Brasil<sup>1</sup>. In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 6, n. 4, p. 39-47, jan./jun. 2012. Brasília: CNTE, 2007.

## **Sobre as organizadoras**

**MIRIAM ADALGISA BEDIM GODOY** Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (1990) e Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2003). Atualmente é estatutário e pesquisadora da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Avaliação da Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: problemas de aprendizagem, educação especial, obstrução das vias aéreas superiores, respiração oral e problemas de atenção. Doutoranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos

**SANDRA APARECIDA MACHADO POLON** Possui graduação em pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1995), Mestrado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2002) e Doutorado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2014). Atualmente é Professora no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão escolar, Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, projeto pedagógico, formação de professores, educação do campo, educação infantil e séries iniciais.

## Sobre os autores

**ALEXSANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA** Doutora em Educação (2016) pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES; Mestre em Educação (2008) pela mesma Universidade; Especialista em Gestão e Docência na EAD (2014) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Especialista em Gestão Escolar (Programa Nacional Escola de Gestores- 2013) - UFES; Especialista em Pedagogia Institucional (2010), Instituto Superior de Educação e Cultura; Graduada em Pedagogia (2005) - UFES. Gerente de Educação Cidadã na Secretaria Municipal de Educação de Cariacica/ES; Tutora do curso de Pedagogia a distância - Secretaria de Ensino a Distância - SEAD/UFES. E-mail: [ale2013oliveira@gmail.com](mailto:ale2013oliveira@gmail.com)

**ALINE CHALUS VERNICK CARISSIMI** Pedagoga e Doutora em Educação - na linha de Políticas Educacionais - UFPR (2016). Mestre em Educação - na linha de Políticas e Gestão da Educação - UFPR (2011). Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico - UFPR (2006) e Educação Infantil - UniCuritiba (2005). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (2004). Atualmente é Pedagoga - Secretaria Municipal de Educação de Curitiba e Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Coordenadora Estadual do Departamento de Pedagogas da APP-Sindicato. Professora de ensino superior com experiência em cursos de graduação e pós graduação (especialização). Orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso na especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social - UFPR (bolsista). Colaboradora do INEP/MEC na elaboração das avaliações do SAEB (Provinha Brasil, Prova Brasil, Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA), ENADE e da Prova Nacional de Ingresso na Carreira Docente. Associada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Associada à Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). Conselheira Titular do Conselho Municipal de Educação de Curitiba de 2010 a 2013

**AMANDA MAXIMO SILVA** Bacharel em Direito pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), Especialista em Direito Administrativo pela Instituição Toledo de Ensino, Mestre em Adolescente em Conflito com a Lei pela Universidade Bandeirante Anhanguera de São Paulo - SP. Advogada. Desenvolve estudos sobre Políticas Públicas. Autora de artigos publicados em periódicos. E-mail: [amanda\\_maximo@hotmail.com](mailto:amanda_maximo@hotmail.com)

**ANA DENISE RIBAS DE OLIVEIRA** Formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná; Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico pela Universidade Federal do Paraná; Pedagoga Escolar da Prefeitura Municipal de Curitiba - desde 2002; Professora Pedagoga na rede estadual do Paraná - desde 2004; Dirigente da CNTE - Confederação Nacional Trabalhadores em Educação - Gestão: 2011; Dirigente SISMMAC - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba - Gestão: 2005 e 2008

**ANA PAULA SOUZA BÁFICA** Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras- Bahia.

Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2009). E-mail: paulasbafica@hotmail.com

**ANTONIA SUELI DA SILVA GOMES TEMÓTEO** Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN; Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; Doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS; Membro dos Grupos de pesquisa: Formação, Currículo e Ensino – FORMACE e Formação de professores, Multiletramentos e Identidades – FORMLI. E-mail para contato: suelisilva.17@hotmail.com

**BARTOLOMEU JOSÉ RIBEIRO DE SOUSA** Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduado em Licenciatura em Biologia e Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Mestre em Educação pela Universidade de Católica de Brasília (UCB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: [bartolomeu.sousa@gmail.com](mailto:bartolomeu.sousa@gmail.com)

**CLAUDIA ALVES DA SILVA** Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Membro dos Grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa Educação e Subjetividade (GEPES) e Grupo Formação, Currículo e Ensino (FORMACE). E-mail para contato: claudiaposeduc@outlook.com

**CLAUDIO OLIVEIRA FERNANDES** Professor da Rede Estadual de Educação do Estado de São Paulo; Graduação em História pela Universidade Uniban/Anhanguera (UNIAN) de São Paulo e Graduação em Pedagogia pelo Instituto de Educação e Tecnologias, INET, Brasil; Mestrado Profissional em Adolescente em Conflito com a Lei, pela Universidade Anhanguera de São Paulo; Grupo de pesquisa: Associado da (ANPAE) Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação e (IBDECRIA-ABMP) Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente; E-mail para contato: [claudioof@gmail.com](mailto:claudioof@gmail.com)

**DARLUCE ANDRADE DE QUEIROZ** Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras-Bahia. Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2010). E-mail: [darlucea@hotmail.com](mailto:darlucea@hotmail.com)

**EDNACELI ABREU DAMASCENO** Doutora em Educação (UFMG – 2010). Professora Adjunta do Centro de Educação, Letras e Artes (CELA) da Universidade Federal do Acre (UFAC). Mestre em Educação (UNICAMP - 2005) e Graduada em Pedagogia (UECE - 1992). Professora do Curso de Pedagogia, Licenciaturas e da Pós-graduação - Mestrado em Educação. Atua lecionando disciplinas como: Investigação e Prática Pedagógica (Prática de Ensino), Estágio Supervisionado, Didática Geral, Trabalho e

saberes Docentes, Currículo: Organização e Prática e Profissão Docente - na Graduação e Seminário de Pesquisa, Política de Formação de Professores no Brasil e Formação de Professores e Trabalho Docente - na Pós-Graduação. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente (GEPPEAC). email: [ednaceli@yahoo.com.br](mailto:ednaceli@yahoo.com.br)

**EMILLY GANUM AREAL** Possui formação inicial em Letras pela Universidade Federal do Acre (1998), Especialização em Psicopedagogia (FIVE: 2003), MBA em Gerenciamento de Projetos (FGV: 2010), Mestre em Educação (UFAC: 2016). Membro do GEPPEAC - Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente da Universidade Federal do Acre, desde 2014. Professora convidada do PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores (UFAC) desde 2016. Professora de Língua Portuguesa desde 1997.

**GERMANA COSTA PAIXÃO** Professora da Universidade Estadual do Ceará. Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas a distância da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Membro do Corpo Docente do Mestrado Profissional de Ensino de Biologia-PROFBIO. Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual do Ceará. Mestrado em Patologia pela Universidade Federal do Ceará. Vice Líder do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: [germana.paixao@uece.br](mailto:germana.paixao@uece.br)

**GILDECI SANTOS PEREIRA** Pedagoga, Especialista em Educação do Campo, Desenvolvimento e Sustentabilidade (UFPA/Belém); Especialista em Gestão Pública (UFPA); Mestra em Educação e Cultura (UFPA/ PPGEDUC- Campus de Cametá, Professora efetiva da Educação Básica, da Rede municipal de ensino do município de Marabá - PA, atuando na formação continuada da Secretaria Municipal de Educação no Município de Marabá - PA, acompanhando e orientando os professores das escolas do campo em suas práticas pedagógicas, na organização do trabalho pedagógico. E-mail: [gil.bela@hotmail.com](mailto:gil.bela@hotmail.com)

**HERCULES GUIMARÃES HONORATO** Professor da Escola Naval - Rio de Janeiro; Graduação em Ciências Navais - habilitação em Administração de Sistemas; Mestrado em Educação pela Universidade Estácio de Sá; Chefe do Centro de Estudos de Ensino da Escola Naval; E-mail para contato: [hghhhma@gmail.com](mailto:hghhhma@gmail.com)

**IRANDI PEREIRA** Docente (IBDCRIA-ABMP) e membro do Instituto de Cidadania e Direitos Humanos; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação (ANPAE, ANDHEP) e entidades da sociedade civil (FBSP, NECA) e associada; Graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Grupo de pesquisa: Pesquisadora do Observatório de Educação da Universidade Brasil/SP. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente. Autora de artigos e materiais pedagógicos no campo da criança, adolescente e juventude, educação e serviço social. Bolsista Produtividade



em Pesquisa pela Fundação; E-mail para contato: [irandip@gmail.com](mailto:irandip@gmail.com). CV: <http://lattes.cnpq.br/3312701286183687>

**JANE RANGEL ALVES BARBOSA.** Universidade Castelo Branco. Centro Universitário de Volta Redonda. Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro

**JEAN MÁRIO ARAÚJO COSTA** Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestrado em Educação pela UFBA, Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Especialista em Política do Planejamento Pedagógico: currículo, didática e avaliação pela UNEB. É Pesquisador do Grupo de Pesquisa Política e Gestão da Educação da UFBA e do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais (GAPPS) da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão, atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas Públicas, Formação de Professores, Atuação do Coordenador Pedagógico, Práticas Pedagógicas, Financiamento da Educação e Organização de Sistemas de Ensino.

**JORGE FERNANDES** Professor da Universidade Federal do Acre; Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Acre. Especialista em Políticas Públicas, com ênfase em gênero e raça pela UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto 2012. Autor dos livros: *“Negros na Amazônia acreana”* (2012) e *“Da trajetória escolar ao sucesso profissional: narrativas de professoras e professores negros”* (2017). Autor do artigo: A mestiçagem na região amazônica versus estatuto da igualdade racial. Coautor do artigo: A construção possível do projeto político-pedagógico da escola: um relato de experiência a partir do esforço coletivo.

**JOSÉ NELSON ARRUDA FILHO** Professor da Universidade Estadual do Ceará. Coordenador do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica da Escola Básica da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará. Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: [nelson.arruda@uece.br](mailto:nelson.arruda@uece.br)

**JUCELI BENGERT LIMA** Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ; Licenciatura em Matemática pela Fundação Universidade do Rio Grande – FURG; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: [juceli.bengert@fundaj.gov.br](mailto:juceli.bengert@fundaj.gov.br)

**LÍVIA CRISTINA RIBEIRO DOS REIS** Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestrado em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail para contato: [liviacristinarr@hotmail.com](mailto:liviacristinarr@hotmail.com)

**LÚCIA DE FÁTIMA MELO** Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre (1992); Especialização em Currículo e Avaliação Educacional pela Universidade Federal do Acre (1996); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Doutorado em Educação: conhecimento e inclusão social pela UFMG na linha de pesquisa: Políticas Públicas Educacionais: concepção, implementação e avaliação (2010). É professora adjunta da Universidade Federal do Acre, lotada no Centro de Educação, Letras e Artes, onde atua na Graduação nas seguintes áreas: Organização da Educação Básica e Legislação do Ensino; Gestão Escolar e Organização Curricular e Gestão da Escola e na Pós Graduação "Stricto Sensu", Mestrado em Educação, onde trabalha a disciplina Estado, Políticas Públicas e Educação e orienta estudos com foco nas políticas educacionais e na gestão escolar. Vice Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente - GEPPEAC, com pesquisas nas linhas: políticas educacionais e gestão escolar.

**LUIS CARLOS SALES** Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (1995) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1999). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, representações sociais, Política Educacional, financiamento da educação, formação de professores e qualidade na educação. Ex-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI e ex-chefe do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI. Foi assessor Pedagógico e Secretário Executivo da Secretaria Municipal de Educação de Teresina. Foi avaliador da CAPES (triênio 2007, 2008 e 2009). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI (Mestrado e Doutorado) e do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI.

**LUZINETE BARBOSA LYRIO** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS); Mestra em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS; Mestra em Ciência da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Especialista em Direito Educacional; Planejamento Educacional e Gestão Educacional; Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Supervisora Geral da Rede de Assistência Técnica para Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação do Estado Bahia por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (2016 e 2017). Área de atuação: Formação de Professores, Gestão Educacional, Políticas Públicas Educacionais, Planejamento Educacional.

**MANOEL ZÓZIMO NETO** Assistente em Ciência e Tecnologia - Fundação Joaquim Nabuco Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Bacharel em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO. Especialista em Formação de Professores Pela Universidade Federal Rural de Pernambuco –

UFRPE. Mestrado em Ciência da Educação pela Universidade da Madeira – Uma. Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; Coordenador Técnico e Logístico dos Cursos de atualização em gestão escolar. Elaboração e construção de projeto de pesquisa, Atualização e prática em educação infantil – Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: zozimo@hotmail.com.

**MARIA SUELI CORRÊA DOS PRAZERES** Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura - PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Grupo de pesquisa em Educação do Campo da Região Tocantina - GEPECART

**NOÁDIA MUNHOZ PEREIRA** Licenciada em Pedagogia pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2004) Mestre em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2008) Doutoranda em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU) – (2014-2018) Contato: e-mail: [noadia.pereira@ufu.br](mailto:noadia.pereira@ufu.br)

**ODETE DA CRUZ MENDES** Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Grupo de pesquisa em Educação Superior –GEPES

**PATRÍCIA MARIA UCHÔA SIMÕES** Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ; Membro do corpo docente do Programa de Pós Graduação em Educação, Culturas e Identidades – PPGECI da FUNDAJ/UFRPE; Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Mestrado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Doutorado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: [patricia.simoies@fundaj.gov.br](mailto:patricia.simoies@fundaj.gov.br).

**RAIMUNDA MARIA DA CUNHA RIBEIRO** Professora da Universidade Estadual do Piauí. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós Doutorado em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina/Campus de Joaçaba-Sc. Grupo de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais. E-mail para contato: [raicribeiro@ig.com.br](mailto:raicribeiro@ig.com.br)

**ROSA ELISA MIRRA BARONE** Graduada em Ciências Sociais pela Universidade

Estadual Paulista (Araraquara), Mestre e Doutora em Educação: História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Desenvolve trabalhos voltados para as áreas de Educação e Políticas Públicas, Educação e Trabalho considerando diferentes contextos. Além dos artigos publicados em periódicos, é autora de *Canteiro-escola: trabalho e educação na construção civil* (EDUC/FAPESP, 1999), co-organizadora dos livros *Educação e Políticas Públicas: tópicos para o debate* (Junqueira & Marin, 2007), *Formação de Pedagogos e Cotidiano Escolar* (Alexa Cultural, 2009), *Qualificação profissional em Construção. Formação e aprendizagem na Construção Civil*. (CRV Editora, 2014), *Juventude e trabalho: desafios no mundo contemporâneo* (EDUFBA, no prelo). E-mail: [rebarone@uol.com.br](mailto:rebarone@uol.com.br)

**ROSE CLEIA RAMOS DA SILVA** Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: [rosecleia.ufmt@gmail.com](mailto:rosecleia.ufmt@gmail.com)

**SARA ROZINDA MARTINS MOURA SÁ DOS PASSOS** Fundação Cesgranrio. Belford Roxo/RJ.

**SÍLVIA MARIA OLIVEIRA DE SOUZA** Possui graduação em PEDAGOGIA pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Docência do Ensino Superior, também pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Gestão da Educação Municipal pela Universidade Federal de Tocantins - UFTO, MESTRA em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Tem experiência na área da educação como Secretária Adjunta de Educação, docente, administradora escolar, coordenadora pedagógica, supervisora e assessora de programas e projetos educacionais. É pesquisadora de políticas públicas educacionais e atualmente pesquisa a política do Programa Mais Educação. Atualmente é Assessora de Planejamento e Gestão na Secretaria Municipal de Educação de Codó - MA.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-93243-49-3



9 788593 243493